ao preço mínimo que será conhecido em janeiro. A disponibilidade de excedentes crescentes forçará novamente a entrada do Brasil no mercado internacional de algodão em pluma e, conseqüentemente, à determinação de medidas que beneficiem o produto no que se refere ao preço. Nesse sentido, a isenção do ICM à exportação de uma quota de 100 mil t até dezembro deste ano já foi prorrogada até março de 1984. Desta quota, cerca de 60 mil t de algodão em pluma já foram vendidas no exterior, parte através do esquema da CFP e parte via exportação normal. Quanto às outras 40 mil t, assim que forem exportadas, nova quota deverá ser determinada, visto que o excedente disponível em 1983 deverá ser superior ao estimado este ano, pois a produção será maior e o consumo — caso se concretizem as perspectivas para 1983 — deverá apresentar redução, tendo em vista uma provável queda nas vendas internas e externas da indústria têxtil.

A isenção do ICM, por si só, não será suficiente para tornar competitivo no mercado externo o algodão brasileiro, devendo ser necessárias medidas semelhantes às tomadas pela CFP para a exportação do produto em meados do ano. As exportações através deste esquema, porém, já há cerca de dois meses encontram-se fechadas, na medida em que não existem disponíveis no mercado algodões de tipos superiores e não há no exterior comprador para os algodões de tipos piores. Vale lembrar, ainda, que a indústria do Centro-Sul deverá ser forçada a adquirir os algodões nordestinos a preços considerados altos, tendo em vista a sua necessidade de algodões de melhores fibras e a não-existência de estoques que poderiam suprí-las até a entrada da próxima safra meridional, em fevereiro próximo. Embora a indústria têxtil nacional, neste ano, tenha conseguido se recuperar em parte dos prejuízos obtidos em 1981, as elevadas taxas de juros praticadas no mercado impediram que se formassem estoques. As vendas dos diversos subsetores apresentaram significativo aumento, se comparadas com o ano passado, devendo retornar aos níveis de 1980. O consumo de algodão da indústria paulista no 1º semestre deste ano apresentou um aumento de 5,7%, só sendo ultrapassado pelas fibras sintéticas que apresentaram crescimento de 12,8%, embora no total das matérias-primas o crescimento tenha sido de 4,9% no mesmo período, se comparado com o 1º semestre de 1981. Assim, caso as vendas de fim de ano fiquem próximas das expectativas, o setor deverá apresentar neste ano um crescimento bastante significativo, na medida em que as vendas ao consumidor de produtos têxteis vêm apresentando desde o início do ano uma ótima performance. As exportações, por outro lado, deverão ficar abaixo ou muito próximas do valor conseguido no ano passado, embora o volume deva apresentar ligeiro aumento, tendo em vista que o preço médio dos produtos vem caindo acentuadamente no mercado internacional. Além disso, a aquisição do algodão nordestino pela indústria têxtil do Sudeste deverá elevar seus custos de produção, reduzindo a já tão pequena competitividade dos têxteis brasileiros no mercado externo. Vale lembrar ainda que, a partir de junho próximo, o crédito-prêmio provavelmente não mais existirá, tornando mais difícil a colocação dos artigos brasileiros no competitivo mercado internacional de têxteis. A aceleração das mini-desvalorizações e a elevação das cotações do algodão no mercado externo deverão atenuar este quadro extremamente desanimador, embora não devam ser suficientes para compensar as perdas, pois tudo indica que, no próximo ano, o mercado externo tornar-se-á ainda mais restritivo no que concerne à venda de têxteis dos países do Terceiro Mundo para as nações desenvolvidas.

ARROZ

Menor disponibilidade no próximo ano

As avaliações referentes ao plantio da safra de arroz 1982/83 têm confirmado as tendências esperadas. No entanto, o comportamento do clima deverá influenciar sobremaneira, fazendo com que as entidades ligadas à agricultura de regiões em que se contava com aumento, ou repetição, da área plantada da safra 1981/82

sejam obrigadas a rever suas posições.

Com efeito, o acompanhamento do plantio do cereal no Centro-Oeste mostrou que deverá ocorrer nos três estados da região uma diminuição de 10% na extensão dos arrozais, o que já era esperado. No Rio Grande do Sul, porém, onde se supunha a repetição da área de cultivo da safra anterior, as fortes chuvas atrasaram todas as operações necessárias à semeadura. No início de dezembro, o estado deveria ter plantado cerca de 70% da área total, mas não se conseguiu chegar a 30%. Persistindo o atraso, a colheita da safra será feita entre 40 e 45 dias depois do prazo regular. As implicações destas dificuldades sobre a produtividade das lavouras não podem ser ainda avaliadas.

Destaque-se que as novas variedades altamente produtivas BR/IRGA 409 e BR/IRGA-410, recentemente introduzidas, serão majoritárias no atual plantio (estima-se que cobrirão 60% da área da orizicultura) o que elevaria extremamente a produtividade média estadual, em condições normais.

Atualmente, porém, não é possível prever como se desenvolverá a safra do cereal, pois sequer é conhecida a real extensão do plantio. No entanto, se as lavouras plantadas mais tarde poderão ser afetadas pelo frio, em 1983, pelo menos terão a certeza de um bom suprimento de água, pois, ao contrário do ano passado, as barragens do estado estão cheias.

No Maranhão, segundo maior produtor brasileiro, o plantio segue sem maiores percalços, a partir do Sul do estado. Houve dificuldades no financiamento da safra e se espera ou a repetição da área cultivada em 1981/82, ou uma ligeira expansão. É possível que ocorra uma melhoria na produtividade média estadual, em razão do uso crescente de sementes melhoradas.

Embora seja esperada a manutenção da área de plantio, ainda não se tem, em verdade, certeza quanto à real dimensão da safra maranhense passada. A CFP estimou a área plantada no estado em 1,174 milhão de ha e o IBGE, a área colhida, em 1,167 milhão de ha. Para a CFP, a safra foi de 1,585 milhão de t e, para o IBGE,

QUADRO 1

ARROZ EM CASCA: Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Orizicultores nos Principais Estados Produtores (Valor Nominal) — Cr$/60 kg

Estado	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Rio Grande do Sul	1.949,53	2.246,87	2.232,86	2.173,59	2.131,25	2.235,16	2.288,17	2.213,39	2.215,18	2.398,21	2.604,76
Maranhão	2.161,17	2.191,43	—	1.760,00	—	1.423,60	1.462,71	1.719,54	1.866,49	2.019,50	2.272,86
Goiás	2.052,23	2.062,71	1.991,43	2.010,83	2.054,02	2.355,30	2.433,04	2.558,75	2.659,82	2.807,03	2.942,50
Mato Grosso	1.855,00	1.865,62	1.749,00	1.729,04	1.971,07	1.911,67	1.982,29	2.014,17	2.140,00	2.250,00	2.641,67
Minas Gerais	1.718,37	1.959,46	1.971,33	2.161,55	2.020,27	2.083,32	2.187,96	2.301,12	2.411,69	2.732,67	2.923,08
São Paulo	2.269,58	2.363,33	2.388,63	2.418,75	2.406,48	2.587,29	2.710,56	2.926,67	3.028,72	3.367,12	3.404,76
Paraná	2.313,54	2.842,50	2.843,00	2.902,38	2.949,06	3.075,00	3.386,25	3.438,50	3.452,70	3.145,06	3.869,92

FONTE: CIMAG.

de 1,576 milhão de t, mas estão sendo feitas reavaliações pelo primeiro orgão, pois o Maranhão é o grande fornecedor de arroz do Nordeste e o comportamento dos preços do produto na região sugere que talvez a safra tenha sido superdimensionada.

Com base na evolução da safra até o momento, pode-se antecipar uma oferta inferior à da safra 1981/82, de aproximadamente 9,7 milhões de t. Registre-se, porém, que a safra passada iniciou-se com um estoque de 1,7 milhão de t e a safra 1982/83 começará com estoques próximos a 2,2 milhões de t.

Mesmo a presença de estoques de vulto não tem sido suficientes para deprimir o mercado, que tem progredido nas últimas semanas, em razão da demanda pelo produto de melhor qualidade (ver Quadro 1) e da política governamental de liberação gradual do arroz estocado.

Caso o plantio gaúcho consiga recuperar-se e a produtividade das regiões de sequeiro não seja comprometida, no verão, o abastecimento do produto tenderá ao equilíbrio, em 1983.

FEIJÃO

Chuvas no Sul, estiagem no Sudeste, e repetem-se os velhos problemas

A safra de feijão 1981/82 registrou números inéditos e caracterizou-se pela marcante presença do governo federal na intermediação do produto. Devido à vigência generalizada de preços deprimidos, o Estado tornou-se o maior detentor de estoques de feijão, no país, passando a vendê-los por preços baixos e, mesmo assim, sem esvaziar seus armazéns.

Tal situação está-se repetindo na safra das águas 1982/83, pois o atual preço mínimo, em vigor desde 1º/11/82 (Cr$ 6.905,26/60 kg) supera os preços de mercado. No entanto, a tradicional vulnerabilidade das lavouras de feijão poderá alterar este quadro. Com efeito, embora ainda não esteja disponível uma avaliação completa do desenvolvimento da safra, sabe-se que ela já apresenta muitos problemas.

Assim, por exemplo, no Paraná, maior estado produtor da primeira safra, a Secretaria de Agricultura local esperava que os 730 mil hectares plantados nesta safra produzissem entre 550 e 600 mil t. Atualmente, em razão do excesso de chuvas, esta avaliação está reduzida ao intervalo entre 480 e 530 mil t. Além da quebra em si, há que considerar as perdas derivadas da má qualidade do produto colhido. De fato, já foram colhidos 20% da safra e a maior parte dos grãos não tem atingido sequer o nível do tipo 5, o mais baixo da escala classificatória da CFP (Cr$ 6.277,00/60 kg). Deste modo, persistem preços baixos, entre Cr$ 4.000,00 e Cr$ 4.500,00, tudo indicando que a política de preços mínimos deverá ser, mais uma vez, bastante atuante no estado.

Em São Paulo verificam-se as mesmas dificuldades, com as chuvas afetando a qualidade do produto e preços deprimidos. O Instituto de Economia Agrícola estimou que o plantio atual deve ter apresentado uma redução de área de 13%, atingindo 264,3 mil hectares. Também a terceira safra paulista, a "safrinha" de inverno apresentou problemas. Apesar de ser constituída, quase que exclusivamente, pela produção de lavouras irrigadas, sofreu a incidência de diversas doenças e a produtividade esperada, de 1.200 kg/ha não foi atingida. Foram colhidas, segundo o IEA até outubro, 58,2 mil t, de uma área plantada de 60.460 hectares. Diante desta situação, pode-se prever uma nova redução no cultivo da safra da seca, a ser iniciado em fevereiro, no estado.

Estes mesmos problemas são encontrados também no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Já em Minas Gerais, quarto maior produtor de feijão da safra das águas passada e primeiro da safra da seca, as dificuldades são outras. Naquele estado, não foi o excesso de chuvas que prejudicou as plantações e, sim, ao contrário, um longo período de seca. De acordo com a Companhia de Financiamento da Produção, os 305,4 mil hectares plantados com o feijão das águas, no ano passado, foram reduzidos a 266 mil hectares, em 1982/83. Destes, possivelmente 6% já foram perdidos, em razão da falta

de chuvas, que também provocou um retardamento no plantio. Normalmente, no início de dezembro, deveriam estar plantados 90% da área, mas, no período atual, só se completaram 62% do plantio.

Destaque-se, porém, que a seca foi mais inclemente em regiões de pouca expressividade na produção estadual, no Norte de Minas. A região de Unaí, por exemplo, registrou 70% de perdas, mas participa pouco nesta safra e só havia plantado 30% do intencionado. Dos 6% perdidos, 4,8% localizam-se em Pedra Azul, no norte do Jequitinhonha, que detém 12% da safra estadual, havia plantado 40% de sua área, e os perdeu completamente.

Na Zona da Mata, apesar das poucas chuvas, não há danos dignos de nota e ainda há a possibilidade do replantio. A situação do Espírito Santo é semelhante.

Assim, o cultivo do feijão, por sua grande dispersão geográfica, padecerá dos diferentes excessos climáticos da região Sul e do Sudeste. Em nível geral, as estimativas de diversas fontes convergem para uma quebra de safra, nas condições atuais, da ordem de 20%. Considerando-se que era aguardada uma produção de cerca de 1,58 milhão de t, as perdas atuais já teriam reduzido a oferta a algo em torno de 1,27 milhão de toneladas. Devido à existência de grandes estoques do produto em mãos do governo federal (estima-se o estoque remanescente de 1981/82 em 650 mil t) não deverão ocorrer problemas no abastecimento, caso a situação da safra não se deteriore ainda mais.

MILHO

A fraqueza do mercado, em 1982, influenciou sobremaneira o plantio atual

Começam a se delinear os primeiros números da safra de milho 1982/83 no Centro-Sul do país, fornecidos pela Companhia de Financiamento da Produção, que a prevê próxima a 23,6 milhões de t. Paralelamente, aponta-se a perspectiva de que o Sul da Bahia e Rondônia consigam uma produção de cerca de 444 mil t, o que colocaria o volume do grão obtido no país na primeira fase da colheita (o Nordeste colhe mais tarde) 4,9% acima do total da safra 1981/82 (incluindo o Centro-Sul e o Nordeste), que foi de 23 milhões de toneladas.

Em termos do Centro-Sul, a responsabilidade deste aumento no volume a ser obtido deverá caber aos ganhos de produtividade da cultura, que deverá ter um rendimento físico 12% superior ao período anterior. Tudo indica que fatores de ordem econômico-financeira influenciaram decisivamente a semeadura do cereal (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 8/9), assim como condições climáticas adversas, pois a área cultivada estimada nesta região sofreu uma contração de 1,8%.

Dentre os estados maiores produtores do grão, apenas o Paraná pretende manter inalterada sua área cultivada com o milho, praticamente repetindo os 2,3 milhões de hectares observados na safra anterior, situação que também aponta para a falta de opções de plantio com que se defronta o agricultor paranaense, este ano. Paralelamente, a estiagem observada em agosto e setembro obrigou ao atraso do plantio das variedades precoces de milho, cujas 250 a 300 mil t só deverão ser colhidas em fevereiro. Isto, sem dúvida, contribuirá para a alta dos preços do cereal.

A produção esperada no estado é 1,3% maior do que a colhida na safra 1981/82, visto acreditar-se num pequeno ganho no rendimento físico da cultura. Este fato, no entanto, corre o risco de não se concretizar, uma vez que a pouca utilização de sementes melhoradas* poderá comprometer a obtenção das 2,4 t esperadas por hectare.

Por outro lado, em São Paulo, tanto a área do milho na safra 1982/83 quanto a produção, deverão manter-se inalteradas, enquanto que os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul prevêem, respectivamente, menos 4% e 4,7% nas extensões cultivadas com o grão. É bem verdade, no entanto, que os produtores destes dois estados sulinos estão apostando num ganho da produtividade física da cul-

* Conseqüência não só da Resolução 706, como do próprio preço atingido por este insumo (Cr$ 5.680,00/sc 40 kg).